

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.520.576 - DF (2015/0053505-7)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : MARIA JOSE DOS SANTOS D AVILA
ADVOGADO : DIVANIR MARCELO DE PIERI E OUTRO(S) - DF051437
RECORRIDO : CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL PREVI
ADVOGADOS : MARCOS VINÍCIUS BARROS OTTONI - DF016785
STEFANNY HELLEN BATISTA LEANDRO E OUTRO(S) - DF039820
JULIANA DUARTE DOTTO - DF040193
RECORRIDO : LEONICE NUNES DA FONSECA
ADVOGADO : ALANCARDE FERREIRA DE ALMEIDA - DF012464
AGRAVANTE : CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL PREVI
ADVOGADOS : MARCOS VINÍCIUS BARROS OTTONI E OUTRO(S) - DF016785
JULIANA DUARTE DOTTO - DF040193
AGRAVADO : LEONICE NUNES DA FONSECA
ADVOGADO : ALANCARDE FERREIRA DE ALMEIDA - DF012464
INTERES. : LOURENCO GARCIA D AVILA

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

“DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. TERCEIRO PREJUDICADO. LIAME DE INTERDEPENDÊNCIA. ASSISTÊNCIA LITISCONSORCIAL. MEIO INADEQUADO. REGRA DE CONGRUÊNCIA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. PENSÃO POR MORTE.

1. Mostrando-se presente o liame de interdependência entre o interesse de intervir e a relação jurídica em discussão, credencia o terceiro a interpor recurso, nos termos do art. 499, § 1º, do Código de Processo Civil.

2. É inadequada a intervenção por meio de assistência litisconsorcial quando o interveniente possui pretensão própria, porquanto o instituto exige a defesa de uma das partes, por força do art. 50, caput, do Estatuto Processual Civil.

3. A decisão singular deve observar a regra de congruência para não ultrapassar ou decidir aquém do pedido, sob pena de ser anulada ou reformada, ex vi do art. 460 do Código de Processo Civil.

4. A relação travada entre os litigantes é regida por normas de direito

Superior Tribunal de Justiça

privado, especialmente pelas regras insertas no regulamento da previdência privada, devidamente aprovada pelos seus integrantes.

5. Preenchidos os requisitos exigidos no regulamento, uma vez que a beneficiária era companheira do falecido participante e deste economicamente dependente, notadamente porque recebe pensão por morte da Previdência Oficial, faz jus à percepção do complemento beneficiário.

6. Recursos desprovidos.”

Opostos os embargos de declaração, esses foram rejeitados.

Nas razões do especial, a parte alegou violação aos artigos 46, 47, 48 e 49 do Código de Processo Civil de 1973, bem como a existência de dissídio jurisprudencial, visto que devia ter sido deferido o ingresso da recorrente como litisconsorte necessária na demanda que poderá reduzir seu benefício à metade, não sendo hipótese de oposição.

Presentes os pressupostos de admissibilidade e ultrapassado o limite do conhecimento do presente agravo, verifico que esse merece provimento, senão vejamos.

A Súmula nº 568, desta Corte, dispõe que “relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.”

Da análise dos autos, verifico que o Tribunal de origem decidiu de forma contrária ao entendimento desta Corte, conforme se depreende da leitura do seguinte trecho (fls. 1559/1560 e-STJ):

“A recorrente requereu o ingresso no feito na modalidade assistência litisconsorcial e a r. decisão indeferiu o pleito por entender que a via é inadequada, pois a intervenção deveria ocorrer por meio de oposição.

O art. 56 do Código de Processo Civil, assim dispõe:

Quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu, poderá, até ser proferida a sentença, oferecer oposição contra ambos.

Na espécie, verifica-se que a apelante não pretende intervir no processo para defesa de uma das partes, porquanto possui pretensão própria na medida em que objetiva a manutenção do benefício recebido pela PREVI, motivo pelo qual se afigura mais adequado o oferecimento de oposição.

A respeito da natureza jurídica do instituto da oposição, lecionam

Superior Tribunal de Justiça

Nelson Nery Junior e Rosa Maria Andrade Nery¹:

1. Natureza jurídica. A oposição é instituto de intervenção de terceiros que tem natureza jurídica de ação judicial de conhecimento ajuizada por terceiro (opponente) contra autor e réu (opostos), em litisconsórcio passivo necessário.

Forma outra relação processual em processo alheio. A oposição é facultativa, porque os efeitos da sentença proferida no processo de regra não atingem terceiro (CPC 472), de sorte que este pode aguardar o trânsito em julgado da sentença e ajuizar ação contra o vencedor.

Se a recorrente tem pretensão contra a autora e a ré, deve se utilizar do instituto da oposição.

Dessa forma, mostra-se escorregia a sentença ao entender que a apelante ao solicitar o seu ingresso na lide na modalidade assistência litisconsorcial empregou meio inadequado para defesa de seu interesse.”

Com efeito, nos termos do artigo 47 do diploma processual vigente à época, “há litisconsórcio necessário, quando, por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes; caso em que a eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo.”

No caso dos autos, saliento que a presente ação versa sobre pedido de companheira viúva para integrar como beneficiária de plano de previdência privada, no qual apenas a ex-esposa, ora recorrente, encontra-se inscrita como beneficiária.

Nesse contexto, ao contrário do afirmado pela Corte de origem, não se trata de oposição, visto que não possui pretensão contra a autora e ré simultaneamente, isto é, não busca litigar como figura adversa em face de ambas as partes, mas sim defender o seu direito à manutenção como beneficiária exclusiva do plano de previdência complementar do qual o de cujus era participante, tese defendida pela própria entidade previdenciária, ré da presente ação.

Ademais, como expressamente disposto no artigo acima citado, em razão da relação jurídica em debate, deverá o juiz decidir de forma uniforme para todos os interessados, ex-esposa beneficiária, companheira viúva e entidade previdenciária, pois não poderá determinar a inscrição da recorrida como beneficiária sem, necessariamente,

reduzir os valores recebidos pela recorrente.

Portanto, deveria ter o magistrado determinado a citação de todos os litisconsortes necessários, conforme regramento previsto no parágrafo único do artigo 47 do antigo diploma processual civil ou, no mínimo, deferido o seu requerimento de ingresso como assistente litisconsorcial:

Art. 47. (...)

Parágrafo único. O juiz ordenará ao autor que promova a citação de todos os litisconsortes necessários, dentro do prazo que assinar, sob pena de declarar extinto o processo.

Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE - BEM PÚBLICO - OCUPAÇÃO IRREGULAR - INEXISTÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA DE TODOS OS OCUPANTES DO IMÓVEL, BEM COMO AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DE UM OCUPANTE DO IMÓVEL - TRIBUNAL A QUO QUE AFASTOU AS PRELIMINARES DE AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS DA AÇÃO E DE NULIDADE POR FALTA DE CITAÇÃO DE OCUPANTE. INSURGÊNCIA DOS RÉUS

Hipótese: ação de reintegração de posse ajuizada em face de ocupantes irregulares, julgada procedente.

Arguição de ausência de pressuposto processual e nulidade do feito, ante a ausência de citação de litisconsorte, afastadas pelas instâncias ordinárias.

1. A partir da leitura dos artigos 924, 927 e 928 do CPC/73, equivalentes aos artigos 558, 561 e 562 do CPC/15, infere-se que a notificação prévia não é documento essencial à propositura da ação possessória.
2. Em ação possessória na qual que se aprecia a legitimidade de composse, que é exercida conjuntamente e sem fracionamento do bem por todos os ocupantes, a sentença deverá ser cumprida por todos os co-possuidores considerados ilegítimos, configurando-se a hipótese de litisconsórcio necessário prevista no artigo 47 do CPC/73, correspondente aos artigos 114, 115 e 116 do CPC/15.
3. A ausência da citação de litisconsorte passivo necessário enseja a nulidade da sentença, nos termos do artigo 47 do CPC/73, correspondente ao artigo 115 do CPC/15.

4. Recurso provido para declarar a nulidade da sentença, determinando a remessa dos autos à origem para que seja admitido o comparecimento espontâneo de Vanir Esteves Soares, bem como lhe seja conferida oportunidade para constituir novo patrono, considerando a destituição noticiada a fl. 413 e-STJ, e para apresentar defesa, com regular processamento e posterior julgamento do feito.

(REsp 1263164/DF, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 29/11/2016)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. BENEFICIÁRIO APOSENTADO. PRETENSÃO DE REDUÇÃO DO VALOR DO PRÊMIO. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA BRADESCO SAÚDE S.A. NÃO CONFIGURADA. INCIDÊNCIA DA TEORIA DA ASSERÇÃO. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO COM A EX-EMPREGADORA NÃO VERIFICADO. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Na linha dos precedentes desta Corte, as condições da ação, aí incluída a legitimidade para a causa, devem ser aferidas com base na teoria da asserção, isto é, à luz das afirmações contidas na petição inicial. Assim, tendo em vista que o pedido constante da petição inicial consiste em que a Bradesco Saúde reduza o valor do prêmio, supostamente reajustado de forma indevida, não há como afirmar que ela seja parte ilegítima passiva para a causa.

3. A alteração da conclusão do acórdão recorrido e o consequente acolhimento da tese recursal - acerca da ilegitimidade passiva ad causam da recorrente - demandaria o imprescindível reexame dos fatos e das provas dos autos. Incide, portanto, à hipótese, a Súmula 7/STJ.

4. O litisconsórcio passivo será obrigatório, nos termos do art. 47 do CPC/1973, quando houver disposição de lei nesse sentido ou quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes, o que, de ordinário, não ocorre quando em jogo direitos eminentemente patrimoniais, mesmo que haja solidariedade obrigacional.

5. Razões recursais insuficientes para a revisão do julgado.

6. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1594490/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/4/2017, DJe 4/5/2017)

Superior Tribunal de Justiça

Em face do exposto, dou provimento ao recurso especial para anular o processo desde o início, facultando à ora recorrente o oferecimento de contestação.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

